





Será Possível

ser

Eticamente Imparcial?

Será Possível

ser

eticamente Imparcial?

*ensaio*

Por

**Victor Ausina Mota**

*TENDER EDIÇÕES*



Ao Deus que me escapa,  
como areia entre os dedos  
numa praia



## **Introdução**

O presente ensaio visa abordar o problema de uma ética imparcial. A questão é abordada sob a forma de uma ética da responsabilidade. Sugere-se que é possível ser eticamente imparcial quando se contextualiza e relaciona. Pretende-se abrir comunicação entre a filosofia e as ciências no sentido de uma acção integradora de todas as forças do homem, na perspectiva de uma antropologia que suplante o problema das diferenças culturais e psicológicas dos seres humanos. Pretende-se saber o que tem a ver a ciência do social com a filosofia e vice-versa, esboçando possibilidades de uma acção humana eticamente responsável, eticamente imparcial. Procura-se, assim, numa perspectiva da experiência, equacionar relações entre ética e moral, desejo e compromisso social, numa óptica de liberdade não só individual mas também colectiva.



É possível em determinados contextos decerto ser eticamente imparcial. Contudo, se considerarmos que existir é um dado da ética, não vemos porque é que na agência se deva colocar a questão da imparcialidade. A consciência de que estamos imersos num mundo é já uma posição ética. Existir é já tomar partido, nem que seja pela recusa em viver. Partindo deste ponto, podemos dizer que a acção será necessariamente ética? Não terá uma componente simbólica? Mas se tiver uma componente simbólica é já ética. Importa portanto definir o que é a ética. Se entendemos por ética intervir no mundo que exterior à nossa consciência, então não se pode ser eticamente imparcial. Mas se considerarmos a ética como uma tomada de posição face aos valores da sociedade em que vivemos e seus acontecimentos quotidianos, pode-se dizer que é possível ser eticamente imparcial. Há que distinguir, a meu ver, o mundo do pensamento, da reflexão, com o mundo evenemencial, estando os dois ligados em termos de análise por canais. Se não estivessem efectivamente ligados, se não fossem um só a que poderemos chamar consciência do mundo, dos outros, estaríamos em condições de dizer que a ética não faria sentido. Faz sentido a ética, porque,

para utilizar um chavão do senso-comum, “tudo está ligado”, o que pensamos, conhecemos e o que existe para além da nossa consciência. Ao agirmos e pensarmos estamos a tomar uma posição ética sobre o mundo. É a reflexão e a nossa relação com o outro que modifica e melhora a nossa tomada de posição ética sobre o mundo. A ética deixou de ser exclusiva da religião e talvez tenha sido sobre este enfoque que a tenhamos visto até aqui. Historicamente, o homem foi sendo visto como o centro do mundo e talvez sejamos hoje ainda influenciados na análise dos dados da consciência, por esta perspectiva. Na verdade, podemos dizer que a ética implica uma tomada de consciência dos valores, é a praxis carregada de sentido humano, social, antropológico. A tomada de posição ética, portanto, não deve estar acima do indivíduo e das suas circunstâncias existenciais, mas deve ser relacionar, deve criar uma nova atitude face aos valores. Deve, por isso, ser interdisciplinar. Por outro lado, a linguagem torna a ética um imperativo e complexifica as soluções. Quando não havia linguagem perguntar-nos-íamos se haveria consciência de si, por isso o impulso ético nasce de uma tomada de consciência relacional face aos outros que conosco vivem. A

palavra tornou a ética um assunto de todos os dias. Quando falamos, estamos a tomar posições, a assumir atitudes enquanto actores sociais, portanto não pode haver uma tomada de posição ética no sentido de construção de um mundo melhor se não usarmos a linguagem. A tomada de consciência ética advém do nosso desejo de justiça e equidade e resulta também de observarmos que o mundo não é efectivamente justo. Daí advém a ética como exigência da razão para revelar ao homem soluções cada vez mais exigentes sobre o sentido da vida. Contudo, não iremos falar de ética apenas como a resposta de acordo com um conjunto de condicionalismos de ordem social ou histórica. A moral é sempre uma tomada de consciência sobre algo que correu mal, por isso faz sentido na civilização ocidental, com a sua componente de mancha e pecado. Diria que é possível ser eticamente imparcial na medida em que a ética é relacional e criativa. Terá apenas o homem ética, a ética nasce de uma visão antropocêntrica, de um humanismo? Haverá ética para além da razão? Analisando os dados dos sentidos, a ética surge-nos como um apelo a um mundo mais justo, por isso resolvemos intervir no mundo, não nos remetendo a uma posição

contemplativa do homem, do mundo e das relações sociais. Valores éticos, estéticos e religiosos estão por isso ligados no contexto da diversidade da acção humana. Daí que a ética faça obrigatoriamente parte da acção. Mas também faz parte da reflexão. Contudo, coloca-se uma questão importante nestes termos, que é a questão do tempo, da oportunidade ou não com que tomamos uma posição ética sobre o mundo e os outros. De algum modo, uma resposta ética assume a figura de voz da nossa própria identidade individual. Falar de moral ou de ética é falar da mesma coisa mas não da mesma maneira, nem na mesma perspectiva. Paul Ricoeur entende por moral um conjunto de valores, juízos, normas vigentes numa sociedade antes de qualquer reflexão. A moral tem um duplo carácter: universalidade e constrangimento. Por ética entendemos a reflexão sobre a esfera da conduta humana, ou seja, reflexão que tem por objecto o comportamento e a experiência dos seres humanos sobre o prisma da bondade e da maldade, da justiça ou da injustiça. Se não usamos a linguagem para marcar posição no contexto de um diálogo, deixamos acumular tensões reprimidas e a reflexão pode não nos valer de nada, pode ser tarde demais para ter

consciência de mudarmos o mundo no sentido de ele ser ideal. Tudo depende também do valor que conferimos à vida e nomeadamente à vida humana. Dados que somos uma coisa que pensa não advém daí a obrigatoriedade de sermos superiores ao reino animal, vegetal ou mineral. Mas temos um pensamento relacional que, embora tenha o homem por centro, destina-se a fazer uma leitura da relação entre o mundo e a coisa pensante. Quando pensamos em conjunto criamos a religião. E é neste domínio que a ética também se coloca. Falar de uma ética religiosa é falar de interditos culturais, da culpa cristã, da regulamentação canónica sobre a vida íntima dos crentes. Até agora estou tentando ser o mais geral e abrangente possível, mas não me impedirei de dar alguns dados exemplificativos de como a religião funciona no espírito humano como coarctor de pulsões de sobrevivência. Não quero condenar o fenómeno religioso, que me parece fazer parte da faceta tanto individual como colectiva dos povos. Quero tão só afirmar que a religião regulamenta. E não só a cristã actua nesse aspecto, regulamenta subjectivamente, ao proibir certos actos, ao canalizar a sexualidade para o domínio da reprodução. A moral, portanto, actua

no domínio mais íntimo das almas humanas, reprimindo, canalizando para funções sociais a representação que temos construída e antes de mais herdada da cultura. São frequentes alguns mal entendidos sobre ética e, em particular sobre moral. Quanto à relação entre moral e sexo, não se deve identificar apressadamente moral e ética com proibições puritanas relativas à sexualidade. Quanto à relação entre moral e religião, continuam estas almas de que falo a aproximar excessivamente moral e religião, como se a ética e a moral não fizessem sentido senão como vontade de Deus. Quanto à relação entre moral e fraqueza, a moralidade aparece como algo secundário, próprias das criaturas fracas que limita a sua liberdade por via da obediência a um conjunto de normas morais, algumas de carácter duvidoso, interiorizadas durante o processo de socialização, das quais muitos se não libertaram. Quanto à relação entre moral e ideologia, acusa-se a ética de ter sido frequentemente justificação ideológica de morais concretas. A ética nunca poderá ser ou transformar-se numa justificação ideológica de uma moral qualquer. É a moral que está ou pode estar ao serviço da ética e não a ética ao serviço da moral. Diz a sabedoria popular que se aprende

com os erros. Não será preciso contudo apenas um humanismo cristão para aprender a respeitar a diferença. Creio que é no respeito da diferença que se coloca prementemente a questão da ética. Ética de pensamento, ética comportamental. O que a sabedoria popular quer diz entre muitas coisas é que devemos aprender com a história e talvez seja essa a grande diferença dos humanos. Mas como descentrar o homem de uma perspectiva antropocêntrica quando é o homem que pensa, julgamos. De qualquer forma, a religião funciona como aglutinador de consciências individuais e joga com a diferença no sentido de a trazer ao seu convívio, não a respeita tal qual ela é, na sua identidade. Devemos por isso combater a religião ou ignorá-la e lançarmo-nos num utilitarismo fútil? Haverá uma ética fora da religião? Será a ética eminentemente religiosa? A religião visa unir os homens com respeito a uma entidade superior a que todos os crentes se relacionam. Mais uma vez, a ética é aqui relacional. Com isto queremos dizer que a ética pode ser contextualizada se tivermos em conta os direitos universais do homem, mas não haverá ou não poderá haver uma ética universal? Só podemos falar em proibição quando se efectua a passagem da

ética à moral, ou seja, quando entra em cena o terceiro pólo, ele, concretizado nas instituições. Não poderá o homem ser livre através da ética, das instituições sociais? É certo que o homem se realiza no universo pelo cumprimento das regras? Não haverá espaço para a criatividade? Por isso a ética coloca um desafio à acção humana, que é em primeiro lugar ser criativo, inventar, a partir do rol de soluções existentes, uma solução para cada situação. Só assim, exercendo a sua criatividade, o homem poderá ser livre e a ética tem de ser antes de mais liberdade. Se descrevermos todas as acções e actividades humanas, conferiremos que há atendimento a regras e fuga a regras. Contudo, no mundo interior de cada um há uma liberdade, e essa é a maior que é a da consciência. Contudo, esta liberdade pode ser aprisionada por algum delito, a consciência pode ser enclausurada, mas não por muito tempo se acreditamos numa vida para além da morte. Esta esperança, crença para a grande maioria dos homens, cria incluídos e excluídos. Cria a diferença. Por isso creio que a questão, da forma como está colocada, condiciona a resposta. Será preciso perguntarmo-nos antes de mais se é possível uma ética no mundo em que vivemos, tendo por pressuposto que o conhecemos

satisfatoriamente para assim pensar. Porque a questão coloca antes mais a probabilidade do reinado dos filósofos tal qual acontecia na antiguidade clássica. Os tempos são outros, as formas de representatividade do poder modificaram-se, o exercício do poder é cada vez mais rotativo, uma actividade julgada de mérito social. Mas não há mérito social em cada actor social? Quando falo da componente social, quero dizer que a ética é antes de mais relacional, como tenho afirmado. A forma como é colocada a questão dá uma ideia de obrigação moral, de que somos obrigados a ter determinado comportamento a fim de evitar uma sanção. Diz-nos a este respeito Paul Ricoeur, no aspecto concernente da moral como conteúdo à moral como estrutura: o uso e abuso tradicionais dos conceitos de mora e moralidade, a influência excessiva das igrejas e sobretudo a redução da dimensão ética à subordinação às normas contribuíram para que se tenham avolumado estes mal entendidos. A moral só subsidiariamente e num segundo momento tem a ver com um determinado conteúdo concreto, traduzido num qualquer código moral. A moral tem antes a ver com a nossa realização pessoal e existencial, com a realização dos outros e com a

construção de instituições justas. Assim entendida, amoral passa a ser vista como uma dimensão estrutural de cada ser humano e de cada comunidade. As normas foram feitas para os homens e não foram os homens que foram feitos para as normas. Às normas é reservado um lugar e um papel que podem assumir: o de indicações, por certo respeitáveis e potencialmente válidas como critério para por elas aferirmos, também, da razoabilidade dos nossos actos. Há que inverter o primado da moral como conteúdo, substituindo-o pelo primado da moral como estrutura. A minha perspectiva quanto à ética é humanista, dá responsabilidade ao homem para se posicionar na história face aos seus erros e espírito de sobrevivência. Contudo, não quero dizer que não se deve ter em conta as outras espécies, tão só defendendo um regresso a uma certa condição natural do homem onde ele ocupe o lugar, pode soar a aristotelismo, mas que ocupe o lugar a que está destinado. E que destino é esse? Que lugar é esse? Aqui se poderá introduzir o conceito de cultura, por oposição ao conceito de natureza. Em determinados contextos culturais existentes, é possível ser eticamente imparcial. Esta contextualização não pretende ser mais do que demonstrativa do

espírito humano. E pode o homem ser dono de uma ética imparcial a um nível universal? Acreditamos também que sim, não somente em nome das religiões, mas em nome do que está para além do homem, uma força criador que o constitui e que o anima, uma força que o precedeu, que poderemos chamar de mágica porque ainda não a descortinámos razoavelmente, uma força, um espírito que nos faz acreditar na memória dos antepassados e na não futilidade da espécie humana. Soa a antropocentrismo esta minha posição. Mas falemos então não apenas da vida humana, mas da vida em geral. É em nome desta vida que acreditamos que a ética precede a violência, que não pode ser mero elemento constitutivo *a posteriori* das cartas dos governos só porque houve desastros. A questão da violência é importante, porque é plenamente ética. A ética coloca-se então sobre todos os domínios da acção humana, sobre todos os domínios da vida. Se queremos acreditar que a vida não se restringe à lei da selecção natural, que só os mais fortes vencem, porquê acreditarmos numa ética? Coloco isto em termos do comportamento humano e observação que temos da vida em geral. Cada acção tem um efeito e é aí que se coloca a ética, numa relação causa-efeito dos fenómenos

naturais e da consciência. Como poderemos então erradicar o mal da humanidade sem o compreendermos? Será que devemos admitir que o mal, a intenção de ferir fisicamente ou psiquicamente ou até moralmente alguém faz parte constitutiva do funcionamento das sociedades humanas? Estaríamos, acreditando que sim, a baixar os braços perante o quanto há para fazer para que este mundo seja melhor. Contudo, não estaremos nesta altura a entrar numa ideologia de libertação do mundo de forças maléficas? A existência do bem e do mal pode bem ser exemplificativa de como funciona a mente humana, mas mesmo assim não estamos satisfeitos. Julgamos que é desejo do homem caminhar para um mundo justo, onde as utopias se realizem. E isto leva-nos a um ponto, que é o de nos interrogarmos até que ponto a espécie humana será portadora deste legado ou poderá alguma vez realizar os ideais ou as utopias que comandam a consciência colectiva. Será preciso, por outro lado, provar o bem através da existência do mal. Será a ética um bem, O Bem? No âmbito do ideal, o homem pode realizar-se sendo idealista? Não tem ele de tomar uma posição face às diferenças de que o mundo é composto? Por isso, julgo que a questão ética pode

ser uma questão cultural, no sentido em que ser eticamente imparcial não seja um truísmo, mas uma realidade. É claro que parece que a história se repete e ocorrem mortes humanas para não falar nas outras. Mas se conhecermos a diferença, estaremos mais aptos a conviver uns com os outros. Isto leva-nos à questão da identidade pessoal, até que ponto a identidade cultural é uma identidade pessoal e não haja lugar a uma ontologia. Não será a questão ontológica uma questão de luxo no mundo em que vivemos? Não se deverá mais olhar para a diversidade das ontologias do que para a sua unicidade? Quais são as grandes questões que preocupam o homem? Serão questões ontológicas? Ou, por outro lado, serão questões que têm a ver com a sua aceitação no seio de um determinado grupo? Ser eticamente imparcial tem de ser uma questão de liberdade individual e tal só se consegue através de duas coisas: um treino muito grande e/ou estando inserido numa cultura. Porque quando nos colocamos dentro de uma cultura não estamos só protegidos, muitas das vezes não estamos mesmo, estamos simplesmente exercendo identidade. O facto de podermos ser eticamente imparciais implica duas razões: ou nos queremos salvar

do mundo ou queremos salvar o mundo. É um enfoque profundamente religioso, da moral. Regressando à questão da sexualidade, só o amor humano faz com que sejamos eticamente imparciais, pois estamos participando no mundo sem fazer cedências ao mal que nele existe. A questão da sexualidade e da violência poderiam estar ligadas neste sentido: se não exercemos violência para conosco próprios, exercemos violência para com o Outro. Mas não há outro caminho mais louvável e possível? Eticamente possível? Portanto, ser eticamente imparcial é mexer-se nos interstícios da acção humana, ser original e por isso profundamente humano. Ser eticamente imparcial não é nunca ter errado, mas aprender com os nossos erros, por mais justificados e contextualizados que eles possam ter sido, é ter a esperança que um homem novo pode nascer todos os dias, transformado, apto para viver a sua ontologia mas também a vida. Por fim, ser eticamente imparcial é agir conhecendo, saber que estamos inseridos num contexto cultural determinando e que as nossas acções não são obrigatoriamente culturalmente determinadas. Daqui nasce a ideia de liberdade, que é o espectro de acções possíveis dentro de um

trabalho criativo do indivíduo. Cada profissão tem a sua ética, o modo de melhor fazer as coisas, o modo mais indicado para cada situação. Por isso a moral como conteúdo está tão conotada com a sexualidade. Digamos que quem age de acordo com um conjunto de princípios, tem uma ética. Por mais justificados que possam ser estes princípios, não é certo um padre falar das coisas do mundo sem nelas participar. Diríamos que o problema está directamente colocado a estas pessoas. A ética acaba onde começam as pulsões, e as pulsões, nomeadamente as sexuais, são a vida a bater insistentemente à porta do nosso corpo, porque então negar a vida? Porque a alma e o corpo estão ligados, são um todo, não podem viver muito tempo separados. Porque a aderência extrema à vida religiosa pode causar perversões, é bom que tenhamos em conta que sempre que o homem quis controlar as forças que tem dentro de si, se geraram perversões: a força de amar o Outro, a força de acreditar na divindade. Mas quando não nos conseguimos realizar dentro da sociedade, há a tentação de fugir dela, para ideais, é certo. Ou para as margens da sociedade, onde contactamos com pessoas que nunca esperávamos vir a conhecer. A noção de pecado persegue-nos,

mesmo sabendo nós que não fizemos nada de mal, que não traímos os fundamentos da sociedade. Vivemos numa época que balança, segundo Ricoeur, entre a intolerância e a indiferença. Mas porquê esta preocupação com o mundo. Foi na tentativa de não exercer violência que julgámos provar o mal, para ao fim e ao cabo reconhecer a existência do bem. Isto é ser eticamente parcial, porque se está falando em causa própria. Quando se está falando em causa alheia talvez seja mais fácil ser eticamente imparcial. Ou não. Quando somos jovens, inocentes, estamos imbuídos de um ideal, toda a acção pode ser eticamente imparcial? Ou a questão só se coloca na idade adulta? Na idade adulta estamos porém reféns do nosso passado, dos caminhos que percorremos e que não percorremos, conscientes do lugar em que estamos. O facto de se colocar um problema pode ser entendido assim para o senso-comum: há um problema a resolver, se é um problema é porque é algo que alguém criou e que alguém há-de resolver. Conferir ao espírito a capacidade de resolver o problema não será racionalizar, afirmar o primado da razão sobre a emoção? A noção de problema tem provavelmente origem na tentativa secular do ocidente em

descobrir mundos, em abrir caminho no meio da selva, em perscrutar a mente do Outro. Trata-se de um problema de quem? De quem tem a consciência de o ter criado ou trata-se de algo que foi inculcado pelo Outro, pela visão da diferença? Seria mais ajustado dar ao que considero a hipótese de ser eticamente imparcial o nome de questão. Porque visa ser debatida. A própria filosofia não escapa à voragem dos tempos em termos de nomenclatura e coloca esta questão como um problema. Além do mais, está a formulação imbuída de um espírito psicanalítico que pretende ver as coisas que acontecem com os humanos como problemas. A noção de questão tem um modo interrogativo com que se pretende fazer pensar sobre a pertinência ou não de uma ética, seja ela profissional, seja ela humanista ou universal. O que deveríamos pretender saber não será se a ética pode ou não ser imparcial, o que julgamos como fuga aos problemas da existência, mas se é possível, *tout-court*, uma ética, melhor, se é justa face a uma fenomenologia. E a este ponto nos interrogamos se faz sentido pensar numa ética num mundo em globalização, com todo o movimento de pessoas e bens que isso implica, que não seja humanista. Contudo, não queremos conferir a

razão de pensar somente ao homem, mas que outra ética existe que não seja humana? Lembro mais uma vez a lei da sobrevivência e a lei da vida. O que é a lei da vida? Ela assenta no pressuposto de que só alguns, os melhores, serão escolhidos. O mesmo papel tem a religião. Só alguns serão escolhidos. O mesmo papel tem a sociedade: só os mais aptos, os mais sociáveis, poderão singrar num mundo cada vez mais competitivo. Cria-se então a necessidade de um saber alternativo, um saber quase mágico, individual, que toma a forma de estratégia para sobreviver e deixar boa memória. Porque é isso que os homens querem no fundo: chegar mais longe e deixando a melhor impressão possível. Não estão preocupados com o aspecto humano da coisa, com explicações para o que simplesmente não aconteceu. Não me posso recusar a colocar esta questão da ética no seio dos problemas actuais, como o terrorismo, a eutanásia, o aborto. O que está em causa é a vida humana, mais, a vida. Será legítimo ceifar a vida de civis em nome de uma causa, de um território, de uma religião? Será ético interromper a vida a um ser que sofre e que pede que o ajudem a terminar com a dor? Será ético

interromper o ciclo da vida tendo em conta as melhores condições de vida, racionalizando a vida social e o futuro?

Exercer liberdade implica um certo grau de silêncio e secretismo. Nunca poderemos julgar que a liberdade reside no facto de sermos conhecidos pelos outros. A liberdade reside no uso que se faz dos dispositivos sociais e do grau de criatividade que se usa através deles. Ser eticamente imparcial pode ser preciso e necessário e é a condição da nossa liberdade individual, mas até que ponto é que agindo ou pensando assim estaremos a negar as evidências de um mundo e transformação e mudança constantes que nos chegam aos olhos todos os dias? É de supor que, associando o ser eticamente imparcial a um certo exercício da liberdade, o conhecimento pode aprisionar-nos no nosso Ego ao ponto de o erigirmos como baluarte das nossas atenções e afectos. O desconhecimento é já um exercício de liberdade, no sentido em que não se questiona, não se julga nem se põe em causa, apenas se manipula a realidade ao nosso gosto. Santo Anselmo distingue actos do homem de actos humanos. Só os actos humanos são livres, pois são conscientes e voluntários. Por outro lado, que tipo de agenciamento é eticamente imparcial? O

primeiro poder que usamos é o da palavra e isso significa que estamos comprometidos com a realidade. Uma questão que se pode colocar seria: é possível o uso da liberdade, ou é possível ser livre no mundo actual? Partirá a liberdade dessa consciência que temos do mundo, das pessoas, dos elementos, das unidades que o compõem e da relação entre elas? Ser livre não será somente ter consciência? Mas a um certo ponto temos de fazer opções e estas opções em termos da comunicação, colocam-se em duas hipóteses, ou a consciência de si ou, por outro lado, a consciência do outro. A consciência de si pode gerar um caminho de egocentrismo assinalável e que pode ter consequências importantes no papel que o indivíduo desempenha ou não desempenha na sociedade. Contudo, mesmo que não desempenhe papel algum, o indivíduo pode não fazer parte da cena como personagem mas sem dúvida que é classificado como tal, como “aquele que não desempenha papel algum”. Faz, por isso, também parte da encenação. Quando o indivíduo resolve usar da sua liberdade que está imanente pelo facto de ter criado a religião, ele está fazendo opções, está tomando uma posição ética, porque toda a acção é, quer queiramos quer não,

eivada de ética. O facto de ser imparcial terá alguma coisa a ver com o exercício da liberdade? Ao tomar uma opção, ao comprometer-se, digamos eticamente com o mundo e suas relações, o indivíduo não está sendo imparcial, porque está de alguma maneira, desempenhando um papel no palco das relações humanas. Não caberá ao homem a obrigação de gerar vida, sendo esta a sua responsabilidade primeira para com o mundo e, de facto, a sua primeira ética? Como é que se pode ser eticamente imparcial? Em questões que têm a ver com a vida humana ou não? Como é que um ser que foi gerado pela vida pode tomar uma posição de consciência que seja eticamente imparcial? Só acreditando que os dados da consciência e da inconsciência fossem totalmente humanos. Que papel cabe então à crença num mundo sobrenatural e nomeadamente à crença numa entidade superior ao homem e que o teria criado? São questões que colocamos sob o pressuposto que há de facto uma entidade suprema, mas ela emana do mais fundo da humanidade. Querendo nós tomar como possível ser eticamente imparcial teremos de definir em que condições tal se poderás realizar. Em primeiro lugar, num espaço de afirmação do indivíduo

enquanto tal. Isto comporta todas as pré-noções que o indivíduo é enquanto ser cultural e a crença de que o homem é produtor de cultura, encarando esta última como o conjunto de manifestações que fazem o homem ser o que ele é, que o definem enquanto tal. Mas não está o homem imerso num mar de relações sociais em que o exercício da liberdade é por isso condicionado. Não confundamos liberdade com irresponsabilidade. Ser eticamente responsável é ter consciência onde começa a nossa liberdade e onde acaba, onde começa a liberdade dos outros. Isto pode parecer um truísmo face ao emaranhado de coisas que temos estado a dizer, nomeadamente a tese de que o homem é condicionado por um conjunto de pré-noções, enquanto ser cultural. Haverá em tudo isto lugar a um homem fenomenológico, a um homem do acontecimento puro, onde toda a sua acção seja desligada de qualquer contexto culturalmente determinado? Poderá o homem negar o que herda por nascimento, o que aprende culturalmente? São as circunstâncias da vida difícil economicamente que fazem o homem um indivíduo sem ética? Que lugar haverá para a ética nas sociedades contemporâneas, em que tudo toma dimensões de competição, de aproveitamento, de

oportunismo? Paralelamente, cultiva-se a imagem de um homem eticamente responsável, para não dizer eticamente imparcial. Em que sentido poderemos ligar esta imagem que se cultiva na sociedade contemporânea com o homem cultural? Não será o que vemos como mudança de comportamentos como mais criação cultural? Não estará o homem condenado a viver geracionalmente numa espiral em que tudo se repete, embora sob roupagens distintas? Poderá o homem criar a partir do nada, criar constantemente, evoluir, no sentido de tornar-se eticamente imparcial? E será uma necessidade ter de ser eticamente imparcial?

Quanto a questões mais universais, interrogamo-nos sobre qual o caminho que os povos deverão tomar para evitar a entropia. Saberão os homens o que é fazer filosofia sob pressão? Ao mesmo tempo, interrogamo-nos como é que se pode ser eticamente imparcial comungando do sofrimento e do prazer da vivência do mundo. Quanto ao sofrimento, a nossa moral cristã faz-nos automaticamente ter compaixão do outro e ajudá-lo, mas quanto ao prazer, ele parece ser pouco conciliável com a interrogação do problema que se nos coloca. Parece, mas não é. Quando sentimos

prazer, trata-se de estar hipocritamente em comunhão com o mundo, pois o prazer é uma experiência individual. Pode também ser uma experiência em comum, quando nos sentimos unidos a alguém e o amor nos surpreende. Pode ser ainda uma experiência puramente inter subjectiva, em que através dos sentidos e não somente da sexualidade nos sentimos em ligação com um grupo. Estranhos dias esses em que nos sentimos fúteis e a filosofia não pode ser uma actividade que promova a futilidade e o isolamento. É preciso gritar todo o conhecimento, seja ele filosófico ou antropológico. A minha resposta ao problema situa-se, portanto, no domínio da antropologia filosófica. Não apresento dados etnográficos porque não os tenho adequados para responder à questão. Nem será de todo necessário. Há que aproximar especulação filosófica do senso comum, porque a fonte donde provém os conhecimentos é o povo, o povo que trabalha. E este povo tem uma ética, não precisa de ser imparcial. Do lado da especulação filosófica é que se poderá colocar a questão se é possível ser eticamente imparcial. Mais, eu pergunto se será necessário ser eticamente imparcial, em nome de quê, do simples

conhecimento científico não será concerteza. Defendo pois na medida em que admitimos uma natureza humana, a possibilidade de ser eticamente imparcial advém da participação no mundo que nós é interior, anterior e nos envolve. Só uma consciência moral que tem a conta a liberdade dada por uma divindade criadora pode salvar o homem de ser eticamente parcial. Vejamos a questão do obsceno. A simples palavra existe ou é entendida como contraponto à moral religiosa. Ora, como o amor humano pode ser encarado como contrário à moral apenas porque os participantes não foram batizados. O obsceno, de que temos medo, um medo primordial, como se a sociedade regulasse a reprodução e condicionasse o prazer, bem pode ser entendido de outra forma. Se Deus nos deu liberdade, se o homem a conquistou por ter lutado contra Deus, e Ele mesmo assim nos deu essa liberdade, é porque o homem é livre de fazer o que quiser segundo a sua consciência e não o fará obrigatoriamente contra Deus. Se foi a moral cristã que criou o condicionamento da sexualidade, que sempre se exprime, de uma forma velada, doentia ou exibitória, é porque esta precede a prática religiosa. Religião e moral parecem estar então intimamente ligados.

Quando conhecemos essa relação notamos que o acto criador é um acto físico, carregado de sentido, em que há partilha de energias e não mera animalidade. Pois que julgo que uma sexualidade libertina gera violência e desordem no mundo. Por isso a sexualidade deve ser canalizada para o bem e a união dos corpos deve ser entendida como uma coisa natural. A ética não nasce da culpa. A culpa é quando muito a tomada de consciência de ter infringido normas, leis ou regras que nos são impostas pela sociedade ou grupo em que estamos inseridos. Mas mantém-se ameaçadora a questão inicial: será possível ser eticamente imparcial? A observação não se trata de uma participação da mente no que está a decorrer com os actores sociais? Será que o problema de fundo colocado implica que devamos ser meros espectadores de um mundo que concluímos mais tarde nos passou ao lado? E coloca-se a questão: participar e ser eticamente imparcial é possível? Creio que a liberdade está antes de mais no pensamento, mas é nos sentimentos, no coração que devemos por a tónica. Sem amor não há verdadeira participação nem verdadeira tomada de posição ética, seja ela parcial ou imparcial. A questão de ser parcial ou imparcial é antes de mais

política, posicional, relacional face aos interesses dos indivíduos em causa. Aquele que toma uma posição parcial está a distanciar-se e a colocar-se no lugar de chefe político ou religioso, representante de um poder maior. Aquele que é parcial pode bem ter uma conduta ética, defendendo os seus interesses económicos, familiares, políticos, o seu grupo através da sua pessoa. Por isso julgo que é preferível ser eticamente parcial do que eticamente imparcial, pois tal imparcialidade por ser descontextualizada, se me afigura como uma impossibilidade. A ética decorre então, de um contexto, como defendi no princípio deste ensaio. A questão da ética foi equacionada por diversos filósofos, sob pretextos diferentes, mas creio que a questão da ética passa pelo questionamento do individual e do colectivo, principalmente no que diz respeito ao problema da identidade. E a questão da identidade passa evidentemente pelo género. Passa também pela aprendizagem que o indivíduo faz da crença e da transgressão simbólica que experimenta enquanto indivíduo de um determinado grupo. A transgressão simbólica embate pelo respeito com o Outro e isto é questão que iremos analisar. No campo da sexualidade, a transgressão simbólica significa

não ter relações com a pessoa que se ama mas com a pessoa que está disponível, nem que seja preciso entrar numa lógica de mercado. Esta transgressão simbólica para o grupo pode assumir a forma de transgressão efectiva para o indivíduo. No plano da sexualidade, a transgressão não é punida em geral pela sociedade, mas a moral sexual é sancionada sob a forma de exclusão do grupo. Quanto a respeito pelo Outro, é a aqui que está o fundamento da moral. É moralmente condenável tudo o que transgride a integridade e identidade do outro, a sua pessoa e só poderemos ser eticamente imparciais se tivermos consciência deste respeito pelo Outro e na praxis cumprirmos com respeito a Outro, à sua sensibilidade, aos seus desejos. Porque quando pensamos em ética devemos por em primeiro lugar a que está ligada à reprodução, ou seja, a ética sexual. Entender o desejo do Outro, neste caso da Outra, é por isso, a obrigação ética mais bela e completa. isto é ser eticamente imparcial: não sobrepor a desejo do outro o nosso próprio desejo, mas fazê-lo equivaler, respeitando o compromisso que o Outro tem para com o mundo. Mas o maior dilema ético e moral vem do factor económico. Ninguém sabe o que é alimentar

uma silenciosa luta até à fome em nome de uma ciência, acreditando no saber científico em vez do saber técnico, um saber feito de experiência. O que vem primeiro, a teoria ou o senso comum? Como sobreviver entalado entre os dois quando nem um, sob a forma de instituições universitárias, nem outro, sob a forma de um saber profissional de família, se mostram solidários? E quando sobreviver quando pensam que somos deficientes mentais ou loucos ou homossexuais e arcar com o peso do mundo, das críticas diárias, e porquê alimentar ideais com dinheiro emprestado, da família é certo, quando sabemos se antemão que estamos encalacrados, porque nos vão cobrar todo esse dinheiro. E como sobreviver quando somos ameaçados de perder os bens de família quando sempre defendemos a ciência ou o conhecimento, sob a forma de filosofia ou antropologia. Que dever ético têm os filósofos e os antropólogos para com quem aprende as suas disciplinas e estão instalados nos seus cargos universitários pagos para pensar. Como ser eticamente imparcial nesta situação? A questão que se põe é pode ser-se eticamente imparcial sendo bem sucedido economicamente? Haverá caminho para a liberdade e a justiça

individuais quando nos fazem um cerco e nos ameaçam cortar a comida e continuamos acreditar no conhecimento? Como ser eticamente imparcial e não roubar, não matar, não violar, não prejudicar o outro em nada quando quem nos sustenta economicamente retira do seu rendimento às escondidas do marido um tanto para aquele que está envolvido em certas coisas, sabendo que essa pessoa que dá está para ter um filho? Como ser eticamente imparcial quando nos sujeitámos ao conhecimento científico em nome de um conceito ocidental de saúde, fomos cobaias e ainda por cima nada ganhámos com isso, ainda por cima pagámos e fomos explorados? Só um grito de revoltas e esboça no interior do sujeito que pensa e que duvida se será possível ser eticamente imparcial num mundo como o nosso. Como ser eticamente imparcial quando se está dependente dos outros aos mais diversos níveis e que o conceito de justiça individual não passa dum mero esquematismo de loucos pensadores que nunca tiveram fome, ou se tiveram tinham ordenado para pensar. Como conceber a existência de filósofos na sociedade actual quando ela tem uma atitude selvaticamente anti-filosófica? Este é o maior dilema moral. É o dilema que corrói por

dentro, que nos autodestrói com morte lenta e sofrida, onde não há espaço para a alegria, o riso e o jogo que é devido a cada ser humano. Como ser eticamente imparcial numa situação destas? Na verdade, Karl Marx tinha razão quando falava dos trabalhadores intelectuais: eles necessitam de uma infra-estrutura, porque o senso comum não reconhece que tal trabalho intelectual deva ser pago. Ele deve então ser feito à socapa, nos tempos mortos, exigindo nos dias de hoje uma ginástica mental nunca antes vista, porque os apelos da sociedade para a perfeição são cada vez maiores e por isso a exigência posta aos filósofos é cada vez maior. Terão este de reformular muitas questões. Só, em certo sentido, o filósofo pode ser eticamente imparcial, mas o que o espera é a morte física, o atrofiamento, o definhamento. E tudo em nome do conhecimento que não é senso comum. Realmente, Sócrates não defendia o trabalho. Só se pode fazer filosofia de barriga cheia, de preferência que sejam os outros, o grande gordo Estado, a pagar, todos nós cidadãos. Contudo, apesar de tudo, há lugar para pensar, nem que seja nas viagens de comboio para o trabalho ou aos fins-de-semana em que um cenário campestre nos convida a pensar

fundamentalmente a vida. Por isso pensamos que ser eticamente imparcial não pode ser confundido com qualquer participação no mundo, das coisas do mundo, de um contexto social em que estamos inseridos. Por isso a nós acusam-nos muitas vezes de só analisar e de não participar efectivamente em causas, filantrópicas ou políticas. Acusam-nos de não fazermos nada e procurarmos nas mulheres refúgio para as nossas frustrações sociais. Ora, o filósofo deve estar comprometido com o mundo e com o seu tempo. Se não fosse assim não podia evidentemente filosofar, pois os dados da sua consciência são aqueles que lhe chegam por documentos histórico filosóficos mas também pela voz dos seus contemporâneos, a perspectiva presente do passado é muito importante neste aspecto. A consciência histórica, ao jeito de Gadamer, deve fazer-nos tomar posições sobre o destino do homem, dos homens em sociedade e em cultura, da humanidade na medida do seu destino cósmico – universal. Por isso a base da ética é a escolha livre e responsável. Alguma coisa tem de se fazer parte combater esta imagem que o filósofo ou o antropólogo ou mesmo o sociólogo têm perante a sociedade. O caminho estará sem dúvida na interdisciplinaridade,

sem abdicar dos métodos e fins próprios, no fundo, da história de cada disciplina.

Defendo como Aristóteles e outros que o homem é um ser social por natureza, um ser político por natureza, pois tende a relacionar-se, evitando o solipsismo, assexuado ou não, na medida em que a falta, a perda de sentido social, pode ser recuperada com o tempo. É nossa firme convicção de que à medida que o homem se relaciona com os outros, se realiza, não defendendo nós nenhuma forma de eremitismo ou hermetismo social na forma das mais conhecidas opções de vida, sejam elas religiosas ou laicas. O homem, porém, vive contemporaneamente talvez mais a solidão, que resulta em grande parte de uma concepção ocidental de o conceber. Deverá atribuir-se culpas ao esforço da razão ocidental, na forma de ciência, pelos chamados males da civilização? Por outro lado, procuramos constantemente nas sociedades primitivas o contraponto daquilo que na natureza humana nos parece precisamente humano. Como definir então a intenção filosófica, pois nos parece ser a mais eticamente imparcial? Esta deve ter em conta os resultados da ciência, os seus contributos para a expansão do pensamento, deve

ter em conta o conhecimento que uma ciência chamada antropologia, produz, na formulação de hipóteses sobre o homem, não só sobre o seu comportamento, mas também sobre as suas representações e desideratos, não só formulando hipóteses, mas adiantando verdadeiramente luz sobre dados universais do pensamento humano e reclamo aqui a herança de Claude Lévi-Strauss na medida em que era essa a sua intenção intelectual. Defendo portanto que tanto o filósofo como o cientista social devem ter um papel na sociedade, deve ser um actor social e não um mero observador, seguindo a metodologia da observação participante. Só assim se poderá gerar uma situação fértil de “engajamento” que permita a produção de conhecimento. Qual deverá ser portanto, neste contexto, o papel do filósofo na sociedade contemporânea. É claro que existe uma diferença abissal entre as proposições filosóficas e o comportamento, ou seja, o futuro do próprio indivíduo. Como se pode gerar conhecimento sem pôr em causa a personalidade e o comportamento daquele que gera conhecimento? Esta é uma questão que julgo ser pertinente discutir, pôr em cima da mesa. Porque não se pode confundir a

subjectividade do agente de conhecimento do próprio conhecimento, ou pode? Porque me parece que a fonte donde provém o conhecimento não é somente individual, mas colectiva. A herança do conhecimento é antes de mais uma herança social. Enfatizo neste meu ensaio a componente social do pensamento e do comportamento porque me parece importante no Portugal ou na lusofonia uma discussão alargada sobre as ciências do social. Não quer dizer que se perca o humanismo, a subjectividade que não nos larga e na qual estamos viciados. Há que haver uma ligação constante entre social e individual, entre indivíduo e sociedade, entre subjectividade e objectividade. Não quero dizer que o indivíduo é subjectivo em sua grande parte e a sociedade é objectiva. Aprendi que o contrário é que era verdade dogmática. Acho que a questão da subjectividade e da objectividade não deve ser finca-pé das ciências sociais nem da filosofia. Ambas as componentes da natureza (da natureza humana, *tout-court*), são presentes na produção de conhecimento e se colocam em termos de ética. Voltando à questão da relação acima mencionada, a posição da jovem não é nada fácil. Terá de abandonar uma vida de casada e com um filho para

reencontrar o amor e a juventude. Pode parecer fácil para quem vê de fora, mas simplesmente a escolha do amor aqui encontra um obstáculo, melhor, dois obstáculos: uma instituição chamada casamento e uma descendência de quem se tem de cuidar. A situação pode ser comparável ao conhecido compromisso entre Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir, mas o contexto cultural aqui é outro. E o que o jovem deseja no fundo é ser feliz com uma mulher descomprometida, não lhe importa ter tido ascendente moral sobre as jovens que encontrou na sua vida, mas interessa-lhe efectivamente ter a vida que toda a gente simples tem porque se sente sozinho, à margem da comunidade científica, na margem da sociedade. A simples solução para o problema seria cada um seguir o seu caminho pessoal e provavelmente por em causa a cumplicidade e o compromisso intelectual. Porque o jovem talvez seja demasiado exigente com a realidade que vive, talvez procure aquilo que a sua imaginação lhe sugere, talvez seja egocentrista vendo o mundo e os homens através das lentes dos seus óculos. Se tivermos em conta que “mulheres há muitas”, o jovem facilmente poderia abdicar da sua vida intelectual e viver uma vida socialmente

reproduzida, o que seria certamente uma escolha mais fácil, não sei se acertada, pois este jovem é persistente e não desiste com os recessos. Talvez o jovem esteja cheio de sede e no deserto e tenha um conjunto de copos de água fresca à sua frente. Talvez seja tudo um problema de comunicação, pois tem consciência de que vive num mesmo contexto cultural e social que não o tem beneficiado em termos de amores. Será que terá de emigrar para sentir a diferença e ficar longe ou porventura voltar diferente, com um novo fôlego? Como agir numa situação destas, para já não dizer como agir eticamente? Problemas humanos e simples estes, quando considerados eticamente bem mais complicados.

De seguida proponho algumas ideias para um mundo melhor. O mundo, a mente dos homens, é composto de coisas simples: o interdito, as leis, as crenças, os mitos. No homem há algo de animalidade no que diz respeito à sua sexualidade. O homem ou a mulher terão sido feitos para terem um só parceiro toda a vida? Que dizem os livros sagrados a este respeito? Porque é que se consideram igualmente religiões, a muçulmana ao lado da católica, quando na primeira um homem pode ter várias mulheres e na

segunda se obriga a sociedade à monogamia? Terá a monogamia a ver com alguma coisa de recente do monoteísmo? Estar imerso em relações sociais, independentemente da sua intensidade, tem algo de experimental. Pretender estar de fora das relações sociais é uma posição que pode assumir a forma de recusa ou observação desse mundo. Condeno aqueles que a observam sem nela participarem e eu não estou isento desta falta. Ver e conceber a sociedade única e exclusivamente a partir dos livros pode trazer uma falha de contacto com a realidade e se queremos falar da realidade, se queremos compreender o mundo, teremos de conhecer aspectos para que a nossa moralidade católica bacoca não estava habituada. Temos de conhecer o que há de bom e o que há de mau. O que o jornalismo faz tem um papel social, que é alertar as consciências para o que há de mal no mundo, ou simplesmente mostrar para chocar, para gerar pânico, para experimentar as pessoas. Não me proponho somente criticar. A minha análise é algo de bastante pessoal, não se compara à daqueles que trabalham nas academias, pagos para pensar, quando não pensam, apenas tendem a reproduzir os relacionamentos que teriam na vida prática. Esta divisão entre o mundo académico e o

mundo lá de fora não se abate em dois dias, nem interessa aos que do academismo fazem vida. Proponho-me desenhar, a partir da minha experiência pessoal e social, o que seria um mundo melhor, melhor na prática, não somente em teoria. Em primeiro lugar, a diferença deveria ser aceite e reconhecida. Diferença psicológica e cultural. A diferença psicológica diz respeito ao conjunto de disposições psíquicas que um indivíduo tem para ler e compreender o mundo, às suas acções que dizem respeito à sua identidade. Envolve aspectos de ordem sexual e de capacidade intelectual e técnica para perseguir e prosseguir um determinado objectivo ou tarefa. A diferença cultural não é só diferença rática. É claro que devemos compreender as outras culturas no seu contexto e importar, isso o próprio espírito humano o faz sem o exigirmos, importar elementos culturais que pertenciam a outras culturas. As culturas estão cada vez menos isoladas, os indivíduos é que estão cada vez mais isolados e não digo isto por experiência mas por constatação. Em segundo lugar, o respeito pela lei que herdámos e estamos continuamente a construir. É nisto que se baseia a diferença de tratamento entre excluídos e incluídos. Os excluídos de que

modo deveria ser penalizados? Pela educação, que não tiveram a partir do momento do seu nascimento? Pela reeducação, certamente. Depois, em terceiro lugar, pela liberdade religiosa? Quem não quiser ter filhos que não os faça, recorra ao planeamento familiar. Mas este planeamento resulta em depressões para mães que abortam, em problemas de integração social porque não se dá um rumo natural às coisas. A religião prescreve sobre a sexualidade dos homens e isto está profundamente errado. Que dizer acerca da relação entre sexo e desenvolvimento? A diferença económica entre países do norte e países do sul radicam nessa relação? Depois, o direito ao trabalho. Cada vez há mais desemprego e se revelam novas formas de sustentação socio-económica dos indivíduos. Cada vez mais temos de pensar em termos globais e isso implica termos de lidar com uma série de problemas que resultaram do contacto entre europeus e africanos, por exemplo. Problemas como a ausência de estruturas que permitam às pessoas terem paz, comida, trabalho, filhos. Como se pode pensar teoricamente sobre o mundo se há seres que morrem de fome. Não é somente um grito ético, é um esforço para que no futuro o mundo seja melhor. Porque é que

só agora me preocupo com isso? Porque quis elidir a ingenuidade literário de quem acredita no mundo por uma perspectiva mais abrupta, mais real, porque isso foi um choque que deu resultado numa tomada de consciência de que a diferença deve ser abolida. Defendo eu portanto uma anarquia? Não, somente um conjunto de princípios de conduta que antes de mais dizem respeito a mim próprio, pois não quero recusar que o mundo muda todos os dias e outros poderão fazer melhor do que o que estou fazendo agora. As minhas origens estarão aqui em Portugal? Decerto que sim, não é pelo simples facto de ter nascido em França que vou lá procurar a minha identidade. Se eu vir as coisas pelo lado do meu pai, as minhas raízes estão aqui, nesta aldeia, mas se vir as coisas do lado da minha mãe talvez estejam mais a norte. Talvez deva ver as coisas pelos dois lados e simplesmente viver, porque trago em mim essa identidade, nas minhas células que vou queimando e creio que estou ficando menos saudável e inteligente com o passar do tempo. O mundo melhor pode começar por mim próprio, viver a intensidade dos pensamentos, deixar-me levar pelo coração quando sei que devo arriscar agora acima de tudo.

Um homem não pode ter desejo. Não pode ter desejo de liberdade. Logo alguém o coloca numa margem de indiferença e lhe fecham as portas. A questão do mérito tem muito que vem em o social e as redes de conhecimento e acesso ao poder. A sociedade, que se mostra tão benevolente face aos que são diferentes em termos da raça, ou religião, já não sabe acolher aqueles que cometeram erros e que reconhecem os seus erros. Estamos numa época do politicamente correcto. É isso que faz nascer crianças, que faz conservar casamentos, que gera emprego. Não creio que, após trinta e um anos de regime democrático, estejamos verdadeiramente numa democracia. Por outro lado, o exercício da individualidade está impregnado do social. Não adianta ser-se formalmente social, tem de ser originalmente individual para ser-se socialmente reconhecido. Não adianta ser-se espontâneo quando a sociedade está construída como uma fachada na qual a injustiça impera. Também a religião joga um papel importante neste aspecto. A maior parte dos cientistas são ateus por alguma razão. Não por uma razão em especial mas sobretudo porque a religião impede de ver, de algum modo, a verdade científica. As minhas palavras poderiam ser

literárias ou politicamente correctas. Contudo, não é ao poder que quero chegar, mas à verdade das coisas, seja ela científica ou ética. Quando somos jovens, tudo ousamos conhecer e tudo nos faz sentido. Chegamos a um ponto de saturação com tantas perguntas e tão poucas respostas. Depois, anulamo-nos socialmente, feridos na nossa ingenuidade. Porque alguém nos julgou, porque alguém nos fechou uma porta. Pensamos “eu vou ser como a toupeira” e chegamos a adultos. A religião, que sempre teve importância na nossa vida, parece ser o maior meio de segregação das diferenças culturais e psicológicas. A espontaneidade –diria melhor simpatia– que parece ser o motor das relações sociais públicas, é na verdade a sua fachada. Porque não há, ao fim de tantos anos, liberdade. Há liberalismo económico, liberalidade. E porque de um grito de revolta esta crónica se trata, é essencialmente para aqueles que fazem do dinheiro o motor da civilização ocidental, mais do que a religião. Tenho admiração por quem vive do seu trabalho. Mas o trabalho de pensar as relações sociais tem um objectivo bem mais meritório e que não é reconhecido. Sobretudo, a diferença não é reconhecida. No meio deste cenário, que se há-de fazer? Violar a lei? Aí

funcionaria uma vez mais a sociedade em todo o seu esplendor. Não está perto a realização de uma humanidade justa e socialmente equilibrada. Porque tudo se contenta com a alegria e com a sua posição e o parasitismo social torna-se o inimigo público número um. Muito bem, de acordo. Que imagem estamos dando aos mais novos quando não toleramos a diferença. Estou falando da diferença de personalidade, não agora de diferenças culturais. Por outro lado, estamos receptivos ao neo-colonialismo americano e tudo aceitamos que é vindo do outro lado do atlântico. Mas talvez seja essa a nossa vocação e, no fundo, a nossa identidade: recebermos influências culturais para caldear uma nova maneira de ser. Neste Portugal, para se sair vencedor, não é preciso ter mérito, nem um pensamento coerente, é preciso nunca falhar diante dos outros, nunca mostrar humanidade, mas ser um herói de banda desenhada, ser-se medíocre porque a mediocridade vende bem na televisão, nos livros e nos jornais. Será, e estamos a chegar a fim deste ensaio, possível eticamente imparcial por meio da solidão? Quando a nossa história pessoal nada indica do modo como irá ser o nosso futuro, mesmo intelectualmente, quando a insegurança é

gritante, quando a estabilidade emocional e psíquica é uma miragem, quando a realização profissional tarda em aparecer, será possível ser eticamente imparcial? São estas as questões que coloco para avaliação. Termino com uma referência ao Oriente, nomeadamente a Osho e Lao Tsé. Não teremos nós que rever a forma como encaramos o mundo e nos encaramos? Não teremos andado em círculos na história? Não estaremos todos loucos? Que herança cultural temos? As palavras de Osho levam-nos a rever tudo, tudo o que construímos: a filosofia, a psicanálise, a ciência, os saberes. Teremos de pôr em questão a nossa identidade? Chegámos, enquanto civilização, ao fim de alguma coisa? Ou estaremos simplesmente a começar, comunicando com a diferença que o mundo nos coloca, aprendemos nós mesmos a ser mas conscientes da diversidade de que o mundo, interior exterior, é composto. Se fazemos tábua rasa do nosso conhecimento, abdicaremos de uma espiritualidade que nos deve acompanhar enquanto seres humanos? Poderemos de alguma maneira, por fim, relacionar o pensamento de Jacques Derrida com as palavras de Osho? Podemos concluir deixando uma questão em aberto. Podemos considerar a asserção de

que a ética precede a prática antropológica. Não nos referimos a ela no decurso deste texto, mas tão-somente a uma antropologia recheada de ética. Ética será a designação que damos à correspondência a um desiderato inicial relacionado com a ideia de Bem ou ordem social com o fim conseguido. Nesta medida, a ética é não só ponto de partida, mas também ponto de chegada. Ter ética não significa perder o desejo ou transviá-lo ou abafá-lo no nosso ser individual, mas significa canalizar o nosso potencial energético para o Outro, neste caso, para o feminino, obedecendo a uma lógica de reprodução dos seres humanos. Porém, levanta-se uma outra questão: como se relaciona a ética com o prazer? Como conciliar hedonismo com fé, sabendo nós que podemos abdicar por instantes dos poderes protectores da divindade, pois sabemos que somos mortais?



## Obras do mesmo autor:

“Caderno de Encargos” (Tender Edições)

“Razões do Coração:Exercícios de Cidadania” (Tender Edições)

“Mundo Imaginado” (Tender Edições)

“Cristo, Cravo e Rosa” (Tender Edições)

“Pensarilho” (Tender Edições)

“Curvas Apertadas” (Íris Editora)

“A Poção do Amor” (Tender Edições)

“Teoria Social.Aspectos”(Tender Edições)

Pedidos a:

[geral@tender.com.pt](mailto:geral@tender.com.pt)

Tender Edições

[www.tender.com.pt](http://www.tender.com.pt)

